

CORREIO NACIONAL



Rovena Rosa/Agência Brasil

Projeto deve ser apresentado até julho

MEC apoiará 393 cursinhos populares em 2025

O ministro da Educação (MEC), Camilo Santana, anunciou, nesta semana, que a Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP) irá contemplar, até o fim de 2025, 393 de instituições para atender mais de 15 mil estudantes da rede pública de todo o país que buscam ingressar no ensino superior.

O número é o triplo do que estava previsto para a etapa inicial do programa federal, em 2025, que selecionaria 130 cursinhos populares e comunitários,

beneficiando 5,2 mil estudantes do Brasil. Em nota, Camilo Santana esclareceu que a decisão de ampliação do número ocorreu depois do aumento da procura dos cursinhos por apoio federal. “Vamos apoiar 393 cursinhos populares a partir de hoje. Serão R\$ 163,2 mil para cada turma formada de 40 alunos. Esse é um reconhecimento à luta de mais de 20, 30 anos dos cursinhos para qualificar a nossa juventude para um futuro melhor.”

Alimentação escolar

O Ministério da Educação (MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Ministério da Pesca e Aquicultura assinaram, nesta quarta-feira, 11 de junho, um acordo de cooperação técnica para incluir o pescado na alimentação escolar. A iniciativa visa promover a ampliação da oferta e do

consumo de pescado de qualidade, por meio da capacitação de pescadores artesanais e da aquicultura familiar, bem como de atores do programa de alimentação escolar (gestores, nutricionistas, merendeiras, conselheiros de alimentação escolar). A cooperação terá vigência de dois anos.

Reunião Ministerial da Juventude

Com a participação de ministros e delegações dos países que compõem o Brics, a Reunião Ministerial da Juventude foi realizada sob a liderança da Presidência brasileira do bloco, reforçando o papel estratégico dos jovens na construção de um novo ciclo de desenvolvimento global. A Secretaria-

-Geral da Presidência da República coordenou o encontro nos dias 9 e 10 de junho. O ministro Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral da Presidência, participou ativamente de todo o encontro, em que foi destacada a importância de colocar a juventude no centro das políticas públicas.

Delegação brasileira na Cosp 18

Representantes da sociedade civil integram, pelo segundo ano consecutivo, a delegação oficial do Brasil na 18ª Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Cosp 18), evento que está sendo realizado, nesta semana, na sede da Organização das Nações

Unidas (ONU), em Nova York. O país apresenta, até quinta-feira (12), suas experiências na promoção dos direitos das pessoas com deficiência. A delegação brasileira é liderada pela ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, a primeira titular da pasta a participar do evento.

Plano de Transformação Ecológica

O Ministério da Fazenda participou, entre os dias 2 e 6 de junho, de uma missão oficial à Alemanha com o objetivo de dialogar com investidores internacionais sobre o Novo Brasil - Plano de Transformação Ecológica. Foram realizados no país europeu encontros estru-

tégicos com autoridades governamentais, representantes de bancos multilaterais e empresas, que poderão contribuir para que sejam levadas propostas efetivas à COP30 – 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas – em novembro, no Brasil.

Combate a incêndios

O Governo reforçou, na quarta, o compromisso com a proteção dos biomas Amazônia e Pantanal por meio do lançamento de um edital público para a prevenção e o combate dos incêndios florestais. O documento também prevê ações permanentes de educação socioambiental

em territórios prioritários. O investimento é de R\$ 32 milhões, com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente e do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, este último vinculado à Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

SUS: Saúde quer CPF como número-chave de acesso

Projeto deve ser apresentado até julho, diz Alexandre Padilha

Lula Marques/Agência Brasil



O ministro da Saúde falou sobre planejamento e prioridades da pasta

O Ministério da Saúde deve apresentar em julho um projeto para transformar o CPF em uma espécie de número-chave ou número-único no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A informação foi divulgada nesta quarta-feira (11) pelo chefe da pasta, Alexandre Padilha, durante audiência na Câmara dos Deputados.

“Quero aqui firmar um compromisso com toda essa comissão: nós vamos transformar o CPF no número-chave do Sistema Único de Saúde. Isso não é uma coisa que a gente faz da noite para o dia, mas, em julho, vamos apresentar o plano”, disse o ministro, se dirigindo aos parlamentares após a primeira rodada de perguntas.

Padilha lembrou que, na primeira vez que esteve à frente da pasta, entre 2011 e 2014, algumas pessoas chegavam a ter cinco ou seis cartões nacionais de acesso ao SUS, cada um com numerações distintas. “Na época, o DataSUS conseguiu fazer uma coisa muito importante: a higienização do banco, que é vincular cinco ou seis cartões a um CPF.”

“A pessoa pode até ter cin-

co ou seis cartões nacionais do SUS, mas estão vinculados àquele CPF”, explicou.

O ministro destacou ainda que, naquele período, as crianças ainda não saiam da maternidade com um CPF próprio. “Era uma grande trava a gente transformar o CPF naquela época porque você tinha um volume enorme de crianças que não tinha CPF”, avaliou.

“Felizmente, foi adotada a

política de ter o CPF [nas maternidades] – uma decisão do governo Dilma [Rousseff] e que o Ministério da Saúde ajudou muito. Minha filha nasceu em 2015 e, na maternidade, ela já tinha CPF”, disse.

“A gente tem um volume de crianças que já têm seu CPF. Aquilo que era o principal obstáculo pra gente adotar o CPF como número-chave do Sistema Único de Saúde? A gente avançou muito em relação a

isso. Vamos fazer esse plano”, completou.

Ainda segundo Padilha, no caso de algumas populações, como pessoas em situação de rua, indígenas e imigrantes, a pasta pode enfrentar “dificuldades”. “Mas isso é uma exceção dentro dos mais de 200 milhões [de usuários do SUS]”, disse. “A gente consegue sim montar um plano. Nossa ideia é apresentar isso no mês de julho”, concluiu o ministro.

Fiocruz firma acordo em prol de vacinas

Joédson Alves/Agência Brasil



Parceria tem intercâmbio de conhecimentos e cientistas

Programa Nacional de Imunizações (PNI) e da inovação para o desenvolvimento de insumos em saúde.

“Esse memorando, assinado durante missão brasileira à França, honra o papel histórico da Fiocruz como grande produtora de insumos de saúde, atuando diretamente para a redução das desigualdades. Vacina é vida”, destacou Mario Moreira. “Garantir a produção e o acesso a vacinas sempre foi uma das bases da nossa atuação

e esse compromisso se renova mais uma vez diante da parceria firmada hoje com estes grandes atores do cenário global”.

O documento foi assinado, em 5 de junho, pelo representante do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos/Fiocruz), Mauricio Zuma; o chefe de Operações Comerciais para Região Internacional da Sanofi, Stephen Alix; a vice-presidente executiva de Transferência de Tecnologia e

Parcerias Industriais do Institut Pasteur, Isabelle Buckle; e o presidente do conselho administrativo do Institut Pasteur, Yves Saint-Geours.

“Essa parceria fortalece a colaboração tecnológica e científica entre o Brasil e a França para o desenvolvimento conjunto de imunizantes inovadores e acessíveis para toda a população, e abre as portas para uma cooperação mais ampla e efetiva na área de inovação com estes parceiros”, afirmou Mauricio Zuma.

De acordo com a presidente do Institut Pasteur, Yasmine Belkaid, o memorando fortalecerá a colaboração com a Fiocruz e a Sanofi, “duas parceiras estratégicas do Instituto Pasteur”. E acrescentou: “estamos convencidos de que é reunindo todos os atores, tanto acadêmicos quanto industriais, seremos capazes de acelerar o desenvolvimento de soluções de vacinas e, assim, nos tornarmos mais eficazes no combate a doenças infecciosas e emergentes”.

STF

Maioria vota a favor da responsabilização das redes

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou nesta quarta-feira (11) a favor da responsabilização das plataformas que operam as redes sociais pelas postagens ilegais feitas por seus usuários.

Até o momento, o placar da votação é de 6 votos a 1 para que as plataformas sejam responsabilizadas civilmente na Justiça pelos conteúdos ilícitos, como postagens antidemocráticas e contra o sistema eleitoral, discursos de ódio (racismo e homofobia), incitação de crimes contra autoridades e transmissão de lives que induzem ao suicídio e à automutilação de crianças e adolescentes.

STJ

Simpósio sobre combate à criminalidade moderna

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) realiza, nesta quinta-feira (12), o 1º Simpósio STJ-Interpol – A Interpol e a Criminalidade Contemporânea, reunindo magistrados brasileiros, convidados especiais e especialistas da Interpol para discutir estratégias de combate ao crime organizado.

Com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o evento abordará desafios globais como tráfico internacional de drogas, crimes ambientais e combate à corrupção.

TSE

Atendimentos a comunidades indígenas e quilombolas

A Justiça Eleitoral se desloca para atender à população que mora em regiões isoladas do Brasil. Na Bahia, o Tribunal Regional Eleitoral leva o projeto “TRE em Todo Lugar” para a edição 2025 da Caravana de Direitos Humanos, no município de Banzaê, nos dias 10 e 11 de junho. Atendimentos eleitorais à população quilombola também são feitos na unidade móvel do TRE do Pará.

Na Bahia, a ação ocorre das 9h às 16h, no Colégio Estadual Indígena José Zacarias, localizado na Aldeia Mirandela, território Kiriri, zona rural de Banzaê. A iniciativa é realizada em parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos.

TCU

TCU aprova com ressalvas as contas do presidente

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou nesta quarta-feira (11/6), com ressalvas, as contas do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, relativas ao exercício de 2024.

Os ministros acompanharam por unanimidade a proposta do relator, ministro Jhonatan de Jesus.

As contas incluem o Balanço Geral da União e o relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos.

O parecer prévio do TCU auxilia o julgamento das contas, de responsabilidade do Congresso Nacional.